ANEXO

Testemunho do autor da ideia legislativa

“Revogar a Lei da Alienação Parental e proibir o uso da doutrina gardenista no Brasil”

A cidadã Natacha Orestes, de São Paulo, apresentou uma ideia legislativa que alcançou 20.334 apoios até junho de 2021 e resultou na Sugestão Legislativa (SUG) 15/2021. A proposta defende a revogação da Lei da Alienação Parental e a proibição de uso da doutrina gardenista no Brasil.

Sobre o testemunho do autor de ideia legislativa

O testemunho é um documento redigido pelo autor da ideia legislativa ou pela equipe do e-Cidadania. Em alguns casos, a equipe realiza a transcrição de áudio ou vídeo enviado pelo autor, ou elabora um texto a partir de uma entrevista. O testemunho é submetido ao autor da ideia para checagem, aprovação e autorização expressa para publicação. Dessa forma, o texto do testemunho constitui um retrato fiel do pensamento do cidadão. O auxílio na elaboração do documento é uma maneira de estender a participação popular no processo legislativo, uma vez que permitirá que pessoas de diferentes escolaridades apresentem seus argumentos.

O conteúdo do depoimento é de inteira responsabilidade do autor da ideia.

DEPOIMENTO

Meu nome é Natacha Orestes e eu sou representante da ideia legislativa que culminou na SUG 15/2021. Apesar de eu ser a autora da ideia formalizada no e-Cidadania, essa ideia legislativa não é só minha. Ela partiu de um grupo do qual eu faço parte, chamado Sangra Coletiva. A Sangra Coletiva decidiu criar essa ideia legislativa por entender a necessidade de uma proposição legislativa baseada nos termos de mulheres sobreviventes e de mães de sobreviventes de abusos e violência doméstica.

Nós decidimos fazer essa proposição para que pudéssemos ter nossa ideia representada sem nenhuma possibilidade de distorção, como tem acontecido nos debates sobre alienação parental. A Lei de Alienação Parental é uma teoria fundamentada em pseudociência. A partir do momento que se debate pseudociência como ciência, e isso é naturalizado – porque a linguagem é uma ferramenta de poder –, nós também precisamos usar a linguagem como uma ferramenta de autodefesa. Estamos falando da autodefesa das mães, das crianças vítimas de incesto e de suas representantes legais, as mães, e de nós, sobreviventes.

Nós, da Sangra, temos três objetivos: o objetivo número um é revogar a Lei de Alienação Parental; o objetivo dois é aumentar a idade núbil, hoje de 16 anos no Brasil. Hoje, o Brasil permite o casamento infantil, segundo a definição legal internacional de casamento infantil – aquele em que ao menos um dos nubentes tem menos que 18 anos. Então, nós queremos aumentar a idade núbil para erradicar a possibilidade, ao menos legal, do casamento infantil. E o terceiro objetivo é aumentar a idade de consentimento para relações sexuais de 14 para 18 anos. Lembrando que,

hoje, existe proposta de lei diminuindo a idade de consentimento para relações sexuais de 14 para 12 anos.

Nós realizamos uma campanha com adesão de dezenas de outras coletivas de mulheres feministas exigindo a revogação da Lei de Alienação Parental e a proibição dos termos gardenistas, que não são baseados em ciência. A doutrina gardenista, criada pelo médico militar estadunidense Richard Gardner - daí o nome gardenista - inaugura a falsa Síndrome da Alienação Parental, suposta doença psíquica causada na criança pela mãe que denuncia o genitor praticante de incesto e/ou violência doméstica, como se a narrativa materna fosse o motivo da criança rejeitar o pai, afastando, por meio de um jogo de linguagem, a responsabilidade do agressor pelo desafeto que ele mesmo criou em seus filhos.

Essa responsabilidade, por meio da Lei da Alienação Parental, tem sido transferida dos pais agressores às mães protetivas. A doutrina da Síndrome da Alienação Parental, justificada no anteprojeto da Lei da Alienação Parental, não é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, nem pela *American Medical Association*, tampouco pelo Manual de Diagnóstico e Estatística (DSM) da Associação Norte-Americana de Psiquiatria. Rechaçada pela comunidade científica mundial como *junkie science*, já foi desmascarada pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Comitê de Erradicação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), pelo Conselho Nacional de Saúde, e pelo Conselho Federal de Serviço Social.

A base conceitual que sustenta a referida lei não é baseada em ciência, pois não foi produzida em meio acadêmico, com rigor metodológico, o que significa que ela é baseada somente na opinião do autor, sem ter sido revisada por cientistas. Ciência, por definição, necessita método, controle e revisão: uma hipótese precisa ser colocada à prova, testada, o que nunca ocorreu com as opiniões pessoais de Richard Gardner. Por esse motivo, todo o legado que defendia que a pedofilia é natural e boa para a sobrevivência da espécie humana, pois serve para fins de procriação e para manter a "pureza da raça", deve ser banida do ordenamento jurídico e também do ambiente legislativo.

O Estado precisa se valer de pesquisas científicas para desenvolver suas metodologias de acolhimento às famílias. Só que a Lei de Alienação Parental é fundamentada em pseudociência. O Conselho Nacional de Saúde e o Conselho de Direitos Humanos do Brasil são favoráveis à revogação da Lei da Alienação Parental. A doutrina gardenista, que fundamenta essa lei, conforme justificativa no anteprojeto, é pseudociência. É por isso que ela precisa ser abolida dos Poderes Legislativo e Judiciário. A gente defende a ciência e, com isso, a gente defende maternidade e infância.

Além de todos os conselhos nacionais que já se manifestaram pela revogação da Lei de Alienação Parental, e abolição dos termos baseados na doutrina do Richard Gardner, nós também temos denúncias realizadas pelo coletivo Voz Materna ao Comitê de Erradicação da Violência contra a Mulher (CEDAW), e também à ONU. Ao ser questionado sobre a Lei de Alienação Parental, o Estado Brasileiro tem respondido que a lei está sendo revista; mas ela não tem que ser revista. Ela tem de ser exterminada dos Poderes Legislativo e do Judiciário, pois é assim que poderemos defender metodologias adequadas de assistência a crianças vítimas de incesto, a

mulheres vítimas de violência doméstica e estupro em situação familiar. É preciso revogar a LAP para que o Estado esteja a favor de mulheres e crianças, e não de agressores.

A nossa expectativa é que o Senado faça história e se posicione favoravelmente ao lado de mães, das crianças, da infância e da ciência. A iniciativa do Senado abrir essa interface junto com cidadãos e cidadãs é maravilhosa. É a partir dessa iniciativa que estamos dando andamento a uma demanda popular feminina e infantil de uma perspectiva que seja a nossa perspectiva, e não a perspectiva de homens, nem a perspectiva do Estado. Agradecemos a oportunidade e esperamos que vocês realizem o seu trabalho. Obrigada.